

## Energisa Minas Gerais | Resultados do 1º semestre de 2014

Cataguases, 14 de agosto de 2014 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T14) e do primeiro semestre de 2014 (6M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 420 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre:

Descrição	6M14	6M13	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	334,7	319,1	+ 4,9
Receita Operacional Líquida	239,3	234,9	+ 1,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	221,2	198,8	+ 11,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	37,9	30,5	+ 24,3
EBITDA	47,5	39,0	+ 21,8
EBITDA Ajustado	50,4	42,0	+ 20,0
Resultado Financeiro	(2,1)	(10,8)	- 80,6
Lucro Líquido	23,5	13,1	+ 79,4
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	535,7	534,0	+ 0,3
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	20,9	85,4	- 75,5
Patrimônio Líquido	91,3	65,5	+ 39,4
Endividamento Líquido	315,4	272,4	+ 15,8
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	420,3	409,4	+ 2,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	602,6	563,9	+ 6,9
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	778,6	736,4	+ 5,7
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,65	8,66	- 0,01 p.p
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	21,1	17,9	+ 3,2 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,3	3,7	- 10,8

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## 2 - Desempenho financeiro

### 2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 6M14, a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 316,6 milhões, ante R\$ 283,0 milhões registrados em 6M13, aumento de 11,9% (R\$ 33,6 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 11,3% (R\$ 198,8 milhões) no período, para R\$ 221,2 milhões.

No 2T14, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, cresceu 18,2% (R\$ 17,3 milhões), para R\$ 112,6 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	147,0	125,7	+ 16,9	293,1	262,5	+ 11,7
✓ Residencial	57,8	53,4	+ 8,2	122,9	114,6	+ 7,2
✓ Industrial	16,3	16,6	- 1,8	33,0	33,9	- 2,7
✓ Comercial	35,8	27,9	+ 28,3	69,1	58,9	+ 17,3
✓ Rural	24,1	16,3	+ 47,9	42,3	31,0	+ 36,5
✓ Outras classes	13,0	11,5	+ 13,0	25,9	24,1	+ 7,5
(+) Suprimento de energia elétrica	-	(0,1)	-	-	(0,6)	-
(+) Fornecimento não faturado líquido	(0,5)	(2,7)	- 81,5	(1,2)	(3,6)	- 66,7
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	6,9	7,4	- 6,8	14,2	15,7	- 9,6
(+) Receitas de construção	10,7	26,2	- 59,2	18,1	36,1	- 49,9
(+) Outras receitas	5,4	4,7	+ 14,9	10,5	9,0	+ 16,7
<b>(=) Subtotal 1 - Receita bruta</b>	<b>169,5</b>	<b>161,2</b>	<b>+ 5,1</b>	<b>334,7</b>	<b>319,1</b>	<b>+ 4,9</b>
(-) Impostos sobre vendas	(42,7)	(37,5)	+ 13,9	(88,7)	(79,5)	+ 11,6
(-) Encargos setoriais	(3,4)	(2,2)	+ 54,5	(6,7)	(4,7)	+ 42,6
<b>(=) Subtotal 2 - Receita líquida</b>	<b>123,3</b>	<b>121,5</b>	<b>+ 1,5</b>	<b>239,3</b>	<b>234,9</b>	<b>+ 1,9</b>
(-) Receitas de construção	10,7	26,2	- 59,2	18,1	36,1	- 49,9
<b>(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>112,6</b>	<b>95,3</b>	<b>+ 18,2</b>	<b>221,2</b>	<b>198,8</b>	<b>+ 11,3</b>

### 2.2 - Reajuste tarifário

Em 18 de junho de 2014, foi concedido à Energisa Minas Gerais reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 5,31% percebido pelos consumidores.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Nos primeiros seis meses de 2014, foi reconhecido o montante de R\$ 24,7 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 28,7 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

### 2.3 - Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro semestre de 2014, a Energisa Minas Gerais alcançou lucro líquido de R\$ 23,5 milhões, ante os R\$ 13,1 milhões registrados em igual período do ano passado, ou seja, um aumento de 79,4%. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 50,4 milhões em 6M14, contra os R\$ 42,0 milhões apurados em 6M13, um incremento de 20,0%. No 2T14, o lucro líquido totalizou R\$ 8,9 milhões, aumento de 178,1% em relação ao 2T13.

Esse desempenho deve-se, principalmente, ao crescimento das receitas de venda de energia elétrica, aliado à redução do resultado financeiro líquido.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>8,9</b>	<b>3,2</b>	<b>+ 178,1</b>	<b>23,5</b>	<b>13,1</b>	<b>+ 79,4</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(4,9)	(1,5)	+ 226,7	(12,3)	(6,6)	+ 86,4
(-) Resultado financeiro	(6,2)	(8,2)	- 24,4	(2,1)	(10,8)	- 80,6
(-) Depreciação e amortização	(4,9)	(4,2)	+ 16,7	(9,6)	(8,5)	+ 12,9
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>24,9</b>	<b>17,1</b>	<b>+ 45,6</b>	<b>47,5</b>	<b>39,0</b>	<b>+ 21,8</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,5	1,5	-	2,9	3,0	- 3,3
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>26,4</b>	<b>18,6</b>	<b>+ 41,9</b>	<b>50,4</b>	<b>42,0</b>	<b>+ 20,0</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	21,4	15,2	+ 6,2 p.p	21,1	17,9	+ 3,2 p.p

### 2.4 - Despesas operacionais

Em 6M14, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 183,2 milhões, aumento de 8,9% (R\$ 15,0 milhões) em relação aos 6M13. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 7,1 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 5,1 milhões no semestre, um incremento de 4,5%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var. em R\$ milhões	6M14	6M13	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	27,3	21,2	+ 6,1	49,2	42,1	+ 7,1
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	12,0	7,3	+ 4,7	19,9	14,6	+ 5,3
1.2 Material	1,2	1,0	+ 0,2	2,2	2,1	+ 0,1
1.3 Serviços de terceiros	14,1	12,9	+ 1,2	27,1	25,4	+ 1,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	58,7	56,3	+ 2,4	119,5	114,4	+ 5,1
3 - Depreciação e amortização (inclui ágio)	4,9	4,2	+ 0,7	9,6	8,5	+ 1,1
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,7	(1,1)	+ 1,8	1,1	(0,4)	+ 1,5
5 - Outras despesas/receitas	1,1	1,8	- 0,7	3,8	3,6	+ 0,2
<b>Subtotal</b>	<b>92,7</b>	<b>82,4</b>	<b>+ 10,3</b>	<b>183,2</b>	<b>168,2</b>	<b>+ 15,0</b>
6 - Custos de construção (*)	10,7	26,2	- 15,5	18,1	36,1	- 18,0
<b>Total</b>	<b>103,4</b>	<b>108,6</b>	<b>- 5,2</b>	<b>201,3</b>	<b>204,3</b>	<b>- 3,0</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### 2.5 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 6M14 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 2,1 milhões (R\$ 6,2 milhões no 2T14), ante uma despesa financeira líquida de R\$ 10,8 milhões em 6M13 (R\$ 8,2 milhões no 2T13). Essa redução do resultado financeiro se deve, basicamente, à marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial, decorrente da desvalorização do real em 6,0% perante o dólar.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Minas Gerais em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Descrição	30/6/2014	31/12/2013
Valores em R\$ milhões		
<b>Curto Prazo</b>	<b>202,1</b>	<b>211,3</b>
Empréstimos e financiamentos	137,0	146,9
Debêntures	60,1	60,1
Encargos de dívidas	3,4	2,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,6	1,8
<b>Longo Prazo</b>	<b>134,2</b>	<b>138,3</b>
Empréstimos e financiamentos	132,4	136,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,8	2,1
<b>Total das dívidas</b>	<b>336,3</b>	<b>349,6</b>
(-) Disponibilidades financeiras	20,9	42,7
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>315,4</b>	<b>306,9</b>

### 3 - Mercado de energia

#### 3.1 - Energia total distribuída

No primeiro semestre de 2014 (6M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 781,3 GWh (383,5 GWh no 2T14), incremento de 5,9% (aumento de 3,4% no 2T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe comercial, rural e residencial, que cresceram 10,1%, 9,6% e 8,8%, respectivamente, no período. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 0,9% no semestre, embora no 2T14 o consumo industrial tenha apresentado redução de 1,1%.

A energia total distribuída em 6M14 foi de 778,6 GWh, ante os 736,4 GWh registrados em igual período do ano passado, aumento de 5,7%, conforme composição seguinte:

#### Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
<b>1) Vendas de energia no mercado cativo</b>	291,9	280,5	+ 4,1	602,6	563,9	+ 6,9
✓ Residencial	115,5	109,3	+ 5,7	242,0	222,4	+ 8,8
✓ Industrial	41,7	44,5	- 6,3	83,7	86,0	- 2,7
✓ Comercial	56,7	52,3	+ 8,4	120,5	109,4	+ 10,1
✓ Rural	40,3	38,3	+ 5,2	80,8	73,7	+ 9,6
✓ Outras Classes	37,6	36,1	+ 4,2	75,5	72,4	+ 4,3
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	91,6	90,3	+ 1,4	178,7	174,2	+ 2,6
<b>3) Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>383,5</b>	<b>370,8</b>	<b>+3,4</b>	<b>781,3</b>	<b>738,1</b>	<b>+ 5,9</b>
4) Suprimento de energia e não faturado	(0,9)	(7,2)	- 87,5	(2,7)	(1,7)	+ 58,8
<b>5) Energia Total Distribuída (3+4)</b>	<b>382,6</b>	<b>363,6</b>	<b>+ 5,2</b>	<b>778,6</b>	<b>736,4</b>	<b>+ 5,7</b>

A Energisa Minas Gerais encerrou o primeiro semestre de 2014 com 420.317 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,7% superior à registrada em junho de 2013. Já o número de consumidores livres totalizaram 32 no fim de junho deste exercício.

### 3.2 - Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica continua sendo foco das ações gerenciais da Energia Minas Gerais visando a contínua redução das perdas de energia elétrica da Companhia, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras, já que o desvio de energia é o principal responsável pelas perdas comerciais. Essas irregularidades vêm sendo identificadas pelo Centro de Inteligência de Combate a Perdas (CICOP).

As perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais situaram em 8,7% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2014, permanecendo estável em relação a igual período terminado em junho do ano passado.

## 4 - Investimentos

---

No primeiro semestre de 2014, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 21,1 milhões, ante os R\$ 29,6 milhões investidos em igual período do ano passado.

## 5 - Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais no primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 120 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações Contábeis

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	8.578	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	11.336	19.763
Consumidores e concessionárias	63.906	66.205
Títulos de créditos a receber	1.927	395
Estoques	791	816
Impostos a recuperar	15.039	10.656
Baixa renda e outros créditos	75.869	21.370
<b>Total do circulante</b>	<b>177.446</b>	<b>130.620</b>
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	991	11.504
Consumidores e concessionárias	8.207	8.207
Títulos de créditos a receber	606	2.230
Impostos a recuperar	7.960	8.200
Instrumentos financeiros derivativos	5.041	31.295
Créditos tributários	6.894	17.329
Cauções e depósitos vinculados	1.353	1.634
Contas a receber da concessão	302.852	285.875
Outros	397	656
	<b>334.301</b>	<b>366.930</b>
Investimentos	1.661	2.565
Imobilizado	6.545	6.843
Intangíveis	15.778	19.704
<b>Total do não circulante</b>	<b>358.285</b>	<b>396.042</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>535.731</b>	<b>526.662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	32.048	38.840
Encargos de dívidas	3.364	2.529
Empréstimos e financiamentos	137.019	146.857
Debêntures	60.144	60.051
Tributos e contribuições sociais	24.515	25.295
Parcelamento de impostos	1.292	1.497
Dividendos	13.000	13.000
Encargos do consumidor a recolher	610	347
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	329	351
Obrigações estimadas	3.096	2.484
Obrigações intrassetoriais	7.065	5.560
Baixa renda e outras contas a pagar	10.800	12.516
<b>Total do circulante</b>	<b>293.282</b>	<b>309.327</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	744	744
Empréstimos e financiamentos	132.426	136.161
Tributos e contribuições sociais	8.448	7.359
Parcelamento de impostos	-	499
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	6.198	5.740
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	1.812	1.626
Outras contas a pagar	1.511	1.311
<b>Total do não circulante</b>	<b>151.139</b>	<b>153.440</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	44.171	44.171
Reservas de capital	7.921	7.921
Reservas de lucros	10.525	10.525
Dividendos adicionais propostos	1.396	1.396
Lucros/Prejuízos acumulados	23.484	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.931	-
Outros resultados abrangentes	(118)	(118)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>91.310</b>	<b>63.895</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>535.731</b>	<b>526.662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013  
 (Em milhares de reais)

	6M14	6M13
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	291.883	258.885
Suprimento de energia elétrica	27	(569)
Disponibilidade do Sistema Elétrico	14.156	15.737
Receita de construção	18.143	36.053
Outras receitas	10.466	9.007
	<b>334.675</b>	<b>319.113</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	59.400	53.216
PIS, Cofins e ISS	29.293	26.267
Quotas para a reserva global de reversão	-	(1.160)
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	6.730	5.934
	<b>95.423</b>	<b>84.257</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>239.252</b>	<b>234.856</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	19.882	14.641
Material	2.222	2.149
Serviços de terceiros	27.099	25.435
Energia elétrica comprada para revenda	103.103	96.588
Transporte de potência elétrica	16.418	17.841
Depreciação e amortização	9.551	8.507
Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos	1.057	(385)
Receita de construção	18.143	36.053
Outras despesas / receitas	3.852	3.514
	<b>201.327</b>	<b>204.343</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>37.925</b>	<b>30.513</b>
<b>Receita (despesa) financeira</b>		
Receitas de aplicações financeiras	1.373	1.557
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.868	2.937
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	5.396	4.330
Outras receitas financeiras	1.460	794
Encargos de dívidas - juros	(9.969)	(9.320)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	10.564	(12.106)
(-) Transferência para ordens em curso	276	395
Marcação a mercado de derivativos	3.561	(4.951)
Instrumentos financeiros de derivativos	(12.932)	10.905
Ajuste valor presente de ativos	59	13
Outras despesas financeiras	(4.781)	(5.387)
	<b>(2.125)</b>	<b>(10.833)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>35.800</b>	<b>19.680</b>
Contribuição social e imposto de renda	(12.316)	(6.560)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>23.484</b>	<b>13.120</b>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	52,10	29,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às informações trimestrais**  
**Período findo em 30 de junho de 2014**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1 Contexto operacional

---

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa MG”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 420.349 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais é uma Companhia de capital aberto desde 26 de maio de 1907.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 23 e 29, respectivamente.

A Companhia terá sua concessão expirada em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, manifestou, em 15 de outubro de 2012, suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 30 de junho de 2014, no montante de R\$115.836, ocasionado pela natural transferência de empréstimos, financiamentos e debêntures para o curto prazo, a vencer no decorrer de 2014. A Administração já trabalha no reperfilamento destes vencimentos junto aos detentores do crédito, concentrados no último trimestre de 2014, visando melhorar a estrutura de capital da empresa através de instrumentos mais longos. Da mesma forma, a

controladora Energisa S/A está apta para eventualmente prover recursos que sejam necessários para que a Companhia reduza sua alavancagem.

## 2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 12 de agosto de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

## 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

### Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

## 4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

## 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do Resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
CEF	CDB	30/06/2016	100,5% do CDI	12	60
CEF FID	CDB	30/06/2016	100,5% do CDI	728	676
Santander	Debêntures (2)	17/06/2016	103,2% do CDI	2.452	7.550
				<b>3.192</b>	<b>8.286</b>
Caixas e bancos				5.386	3.129
				<b>5.386</b>	<b>3.129</b>
Total caixa e equivalente de caixa				<b>8.578</b>	<b>11.415</b>

### b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
BES	CDB	01/10/2015	100,0% do CDI	22	32
Bradesco	CDB	23/10/2014	95,0% do CDI	51	-
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento	27/04/2015 a 01/03/2020	CDI/SELIC/IPCA+5 ,7%	-	7.052
CEF	Poupança	-	Poupança	16	16
FIM Zona da Mata (4)	CDB	01/12/2015	100,7% a 115,0% do CDI	-	2.922
FIM Zona da Mata (4)	DEBÊNTURES (2)	07/04/2016	100,0% do CDI + 3,9%	-	1.366
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	102,0% a 103,2%,0 do CDI	-	3.370
FIM Zona da Mata (4)	Depósito a Prazo - DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	-	1.985
FIM Zona da Mata (4)	Letra Financeira	27/06/2016 a 24/05/2021	105,5% a 115,9% do CDI	-	101
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	-	75
FIM Zona da Mata (4)	Letra Financeira Tesouro	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	-	198
FIM Zona da Mata (4)	Nota Tesouro Nacional	15/08/2016 a 15/08/2022	IPCA e IGPM	-	719
FIM Zona da Mata (4)	Fundos Multimercados	-	CDI	-	1.869
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	61	58
				<b>150</b>	<b>19.763</b>

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	991	909
Mercantil	Depósito a Prazo - DPGE	21/05/2015	112,0% do CDI	11.186	10.595
				<b>12.177</b>	<b>11.504</b>
<b>Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)</b>				<b>12.327</b>	<b>31.267</b>
<b>Circulante</b>				<b>11.336</b>	<b>19.763</b>
<b>Não circulante</b>				<b>991</b>	<b>11.504</b>

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$1.139 (R\$1.015 em 31 de dezembro de 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

## 6 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2014	31/12/2013
Residencial	9.145	4.659	635	287	12	46	14.784	15.230
Industrial	8.783	521	20	23	5	1.132	10.484	11.189
Comercial	4.759	1.119	204	212	137	-	6.431	7.159
Rural	2.803	1.186	278	85	6	-	4.358	3.995
Poder público:								
Federal	20	4	2	1	-	-	27	31
Estadual	225	38	13	3	-	-	279	322
Municipal	817	139	49	15	-	-	1.020	1.181
Iluminação pública	1.081	40	6	34	-	-	1.161	1.205
Serviço público	1.115	29	6	1	-	-	1.151	1.287
Subtotal - consumidores	28.748	7.735	1.213	661	160	1.178	39.695	41.599
Concessionárias (2)	1.527	-	-	-	-	8.207	9.734	9.708
Fornecimento não faturado	12.245	-	-	-	-	-	12.245	13.434
Outros	14.043	-	-	-	-	-	14.043	12.882
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(287)	(149)	(3.168)	(3.604)	(3.211)
<b>Total</b>	<b>56.563</b>	<b>7.735</b>	<b>1.213</b>	<b>374</b>	<b>11</b>	<b>6.217</b>	<b>72.113</b>	<b>74.412</b>
<b>Circulante</b>							<b>63.906</b>	<b>66.205</b>
<b>Não circulante</b>							<b>8.207</b>	<b>8.207</b>

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.734 (R\$8.207 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$650 em 30 de junho de 2014 (8.322 em 31 de dezembro de 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.304 em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2014	31/12/2013
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.334	1.334
Créditos a vencer	1.527	-
	<u>9.734</u>	<u>8.207</u>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(650)	(8.322)
(-) Encargos de serviços do sistema	-	(1.304)
	<u><b>9.084</b></u>	<u><b>(1.419)</b></u>

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

## 7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Títulos de créditos a receber	5.899	5.982
Ajuste a valor presente	(880)	(939)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(2.486)</u>	<u>(2.418)</u>
	<u><b>2.533</b></u>	<u><b>2.625</b></u>
Circulante	1.927	395
Não circulante	606	2.230

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
Vencidos	2.486
2014	1.927
2015	98
2016	90
2017	75
2018	73
2019 em diante	270
<b>Total</b>	<b>5.019</b>

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante -31/12/2013 e 31/12/2012	5.629	5.892
Provisões constituídas no período/ exercício	493	437
Reversão de provisões no período/ exercício	(32)	(700)
<b>Saldo - final - circulante - 30/06/2014 e 31/12/2013</b>	<b>6.090</b>	<b>5.629</b>
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.604	3.211
Títulos de créditos a receber	2.486	2.418

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

## 8 Revisão e reajuste tarifário

### Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.737 de 10 de junho de 2014, que aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento médio a ser percebido pelos consumidores de 5,56%, a ser aplicado a partir de 18 de junho de 2014.

#### Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

## 9 Impostos a recuperar

	30/06/2014	31/12/2013
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	9.360	9.402
Imposto de Renda - IRPJ	2.998	543
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	1.097	21
Contribuição do PIS e COFINS	8.546	8.396
Outros	998	494
	<b>22.999</b>	<b>18.856</b>
Circulante	15.039	10.656
Não Circulante	7.960	8.200

## 10 Baixa renda e outros créditos

	30/06/2014	31/12/2013
Baixa renda (1)	3.398	3.398
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	6.068	5.109
Ordens de serviço em curso - outros	461	358
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	76	76
Adiantamentos	1.881	1.555
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	33.438	4.702
Creditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	2.119	4.580
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	300
Adiantamento fundo de pensão - HSBC	8.704	-
Outros	1.218	1.948
Total	<b>57.363</b>	<b>22.026</b>
Circulante	56.966	21.370
Não circulante	397	656

Segue a movimentação do baixa renda e da Subvenção CDE - Desconto Tarifário:

#### . Baixa renda:

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 31/12/2013	3.398	5.976
Subvenção Baixa Renda	10.300	20.225
Ressarcimento pela Eletrobrás	(10.300)	(22.803)
Saldo - final - circulante - 30/06/2014	<b>3.398</b>	<b>3.398</b>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é

custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

#### . Subvenção CDE - desconto tarifário

	30/06/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	68.579	36.381
Ressarcimento pela Eletrobrás	(35.141)	(31.679)
<b>Total</b>	<b>33.438</b>	<b>4.702</b>

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de janeiro de 2014 a junho de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no próximo trimestre.

## 11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora ENERGISA S/A, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferirão à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).



## Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	AFAC	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	5.621	-	2.390	3.931	870
ENF	-	480	-	-	70
ESO	11.507	-	-	-	-
ESER	50	-	-	-	-
30/06/2014	17.178	480	2.390	3.931	940
30/06/2013	16.195	497	1.511	-	2.515

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios. As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

## Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$205 (R\$195 em 30 de junho de 2013) e da Diretoria foi de R\$764 (R\$628 em 30 de junho de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$206 (R\$227 em 30 de junho de 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$137 (R\$189 em 30 de junho de 2013).

No período findo em 30 de junho de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de junho, foram de R\$18 e R\$1 (R\$17 e R\$2 em 30 de junho de 2013), respectivamente. A remuneração média em 30 de junho de 2014 foi de R\$8 (R\$9 em 30 de junho de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o período de 2014 no montante de R\$3.448 (R\$2.999 em 2013).

## 12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	22.709	20.971
Base negativa de contribuição social	9.144	8.478
<b>Total - não circulante</b>	<b>31.853</b>	<b>29.449</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda	18.352	8.912
Contribuição social	6.607	3.208
<b>Total - não circulante</b>	<b>24.959</b>	<b>12.120</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>6.894</b>	<b>17.329</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	30/06/2014		31/12/2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	90.836	22.709	83.882	20.971
Base negativa da CSSL	101.599	9.144	94.205	8.478
Provisão ajuste atuarial	2.141	728	1.977	672
Provisões para riscos	6.198	2.107	5.740	1.952
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	6.090	2.071	5.671	1.928
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	3.602	1.225	2.784	947
Variações cambiais passivas	7.111	2.418	34.444	11.711
Marcação a mercado - derivativo	(23.945)	(8.141)	(31.295)	(10.640)
Ativos regulatórios (CVA's)	(1.289)	(438)	16.294	5.540
Ajustes a valor presente	880	299	939	319
Outras adições (exclusões) temporárias	1.108	376	(2.293)	(780)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(75.305)	(25.604)	(69.909)	(23.769)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>119.026</b>	<b>6.894</b>	<b>142.439</b>	<b>17.329</b>

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2014	2.647
2015	4.247
<b>Total</b>	<b>6.894</b>

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2013	01/01/2013
	a 30/06/2014	a 30/06/2014	a 30/06/2013	a 30/06/2013
Lucro antes dos impostos	13.766	35.800	4.580	19.680
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(4.680)	(12.172)	(1.557)	(6.691)
Ajustes:				
Outros	(151)	(144)	133	131
<b>Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.832)</b>	<b>(12.316)</b>	<b>(1.424)</b>	<b>(6.560)</b>
Alíquota efetiva	35,10%	34,40%	31,09%	33,33%

## Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei n.º 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da lei entrarão em vigor a partir de 2015, entretanto permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

### 13 Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória n.º 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de junho de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$5.396.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/06/2014	31/12/2013
Ativo financeiro - 31/12/2013	285.875	217.739
Adições no período (*)	12.191	56.221
Baixas no período	(610)	(770)
Ativo financeiro-30/06/2014	297.456	273.190
Atualização contas a receber da concessão - VNR	5.396	12.685
Ativo financeiro custo corrigido -30/06/2014	302.852	285.875

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

### 14 Intangível e Imobilizado

	30/06/2014	31/12/2013
Intangível - Contrato da concessão	15.778	19.704
Imobilizado	6.545	6.843
Total	22.323	26.547

## Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo Inicial 31/12/2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2014
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	299.526	-	1.270	(1.811)	-	298.985
Amortização Acumulada	(263.440)	-	-	1.767	(12.658)	(274.331)
Subtotal	36.086	-	1.270	(44)	(12.658)	24.654
Em Curso	12.148	21.134	(1.539)	(14.123)	-	17.620
<b>Total Intangível</b>	<b>48.234</b>	<b>21.134</b>	<b>(269)</b>	<b>(14.167)</b>	<b>(12.658)</b>	<b>42.274</b>
<b>Em Serviço</b>						
Custo	42.931	-	115	-	-	43.046
Amortização Acumulada	(32.503)	-	-	-	(3.665)	(36.168)
Subtotal	10.428	-	115	-	(3.665)	6.878
Em Curso	18.102	3.563	(115)	(1.932)	-	19.618
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>28.530</b>	<b>3.563</b>	<b>-</b>	<b>(1.932)</b>	<b>(3.665)</b>	<b>26.496</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>19.704</b>	<b>17.571</b>	<b>(269)</b>	<b>(12.235)</b>	<b>(8.993)</b>	<b>15.778</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
<b>Custo:</b>						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	5.754	-	254	-	-	6.008
Veículos	800	-	-	(611)	-	189
Móveis e utensílios	2.955	-	15	-	-	2.970
Depreciação Acumulada	(2.875)	-	-	602	(558)	(2.831)
<b>Total Imobilizado em serviço</b>	<b>6.843</b>	<b>-</b>	<b>269</b>	<b>(9)</b>	<b>(558)</b>	<b>6.545</b>
<b>Total</b>	<b>26.547</b>	<b>17.571</b>	<b>-</b>	<b>(12.244)</b>	<b>(9.551)</b>	<b>22.323</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$12.244, R\$12.191 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$53 referem-se a baixas realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,83% (3,83% em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em junho de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor (1)	119.207	117.031
Participação da União - recursos CDE (2)	34.976	34.976
Participação do Governo do Estado (2)	16.596	16.596
Reserva para reversão (3)	1.409	1.409
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.608	3.221
( - ) Amortização acumulada	(36.168)	(32.503)
<b>Total</b>	<b>140.628</b>	<b>140.730</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber da concessão	114.132	112.200
Infraestrutura - Intangível em serviço	6.878	10.428
Infraestrutura - Intangível em curso	15.010	14.881
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.608	3.221
<b>Total</b>	<b>140.628</b>	<b>140.730</b>

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais.

Em 30 de junho de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$4.608 (R\$3.221 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/06/2014
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## 15 Fornecedores

	30/06/2014	31/12/2013
Suprimento (1):		
Contratos Bilaterais	20.494	18.348
CCEE	650	8.322
Operador Nacional do Sistema Elétrico (1)	1.151	1.002
Encargo de serviços no sistema (1)	-	1.304
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	2.235	1.650
Conexão a rede (1)	109	102
Materiais e serviços e outros (2)	8.153	8.856
<b>Total</b>	<b>32.792</b>	<b>39.584</b>
Circulante	32.048	38.840
Não circulante	744	744

- i. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- ii. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/06/2014	31/12/2013	
<b>Em moeda nacional</b>						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	117	-	15.000	15.117	15.112	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	57	1.137	2.399	3.593	4.161	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	10	20	32	37	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	325	1.446	6.182	7.953	8.676	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	280	763	1.051	1.192	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	8.722	2.569	11.291	15.415	
Banco HSBC - repasse BNDES	4	511	496	1.011	1.268	
Banco HSBC - repasse BNDES	3	256	198	457	625	
Banco HSBC - repasse BNDES	6	319	262	587	747	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	7	451	2.523	2.981	3.209	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	152	779	934	1.080	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	4	188	1.051	1.243	1.338	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	298	1.665	1.965	2.115	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	2	743	557	1.302	1.675	
Banco Itaú BBA - FINAME	37	1.235	9.207	10.479	8.950	
Caixa Econômica Federal - FINAME	41	493	3.471	4.005	4.277	
Banco Bradesco - CCB	2.195	12.500	12.500	27.195	25.795	(1)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	139	8.626	6.950	15.715	13.375	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.952</b>	<b>37.367</b>	<b>66.592</b>	<b>106.911</b>	<b>109.047</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(91)	-	(131)	(222)	(271)	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Citibank	-	36.529	-	36.529	38.770	(2)
Bank of America Merrill Lynch	-	63.123	-	63.123	67.048	(2)
Banco Itaú BBA	503	-	65.965	66.468	70.953	(2)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>503</b>	<b>99.652</b>	<b>65.965</b>	<b>166.120</b>	<b>176.771</b>	
<b>Total</b>	<b>3.364</b>	<b>137.019</b>	<b>132.426</b>	<b>272.809</b>	<b>285.547</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$991 (R\$909 em 31 de dezembro de 2013) registrados na rubrica, "aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

33 O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2014, todas as exigências foram cumpridas.

34 Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 26).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2014:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	60	CDI + 0,7%		10,44%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	19	RGR 5,0%		5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	19	RGR 5,0%		5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	32	RGR 5,0%		5,0%	
Eletrobrás - subtransmissão	fev-2018	mensal	Recebíveis	22	RGR 5,0%		5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	fev-2015	mensal	Recebíveis	9	Selic Acumulada		9,80%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	12	TJLP + 4,3%		9,51%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	11	UMBND + 4,3% + juros variáveis		3,8%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	12	TJLP + 3,9%		9,1%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	40	TJLP + 4,75%		9,98%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	39	UMBND + 3,75%+ juros variáveis		3,85%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	40	TJLP + 5,95%		11,25%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	40	pré-fixado 5,5%		5,5%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	11	pré-fixado 5,5%		5,5%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Até abr-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	49	pré-fixado De 2,5% a 10%		De 2,5% a 10%	
Caixa Econômica Federal - FINAME	Jan-2022	mensal	Aval Energisa S.A.	45	pré-fixado 8,7%		8,7%	
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	9	CDI + 1,25%		11,05%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	dez-2023	mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	6	TJLP + 2,25% a 4,15%		7,36% a 9,36%	
Citibank	Set-2014	final	Aval Energisa S.A.	3	libor + 2,25%		2,82%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	Set-2014	final	Aval Energisa S.A.	4	libor + 2,0%		2,36%	(1)
Banco Itaú BBA	Set-2015	final	Aval Energisa S.A.	15	Dólar + 2,95%		2,36%	(1)

(1) Possui swap

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos períodos/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2014	31/12/2013
US\$ x R\$	-5,98%	14,64%
TJLP	2,53%	5,00%
SELIC	5,02%	8,22%
CDI	4,76%	8,06%
IPCA	3,75%	5,91%
IGP-M	2,45%	5,53%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
2015	85.316
2016	7.461
2017	6.469
2018	10.431
2019	10.981
Após 2019	11.768
<b>Total</b>	<b>132.426</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
<b>Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012</b>	<b>285.547</b>	<b>278.112</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	8.663	21.933
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(3.981)	37.060
Pagamento de principal	(12.182)	(37.066)
Pagamento de juros	(5.238)	(14.492)
<b>Saldos em 30/06/2014 e 31/12/2013</b>	<b>272.809</b>	<b>285.547</b>
Circulante	140.383	149.386
Não circulante	132.426	136.161

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	12	24	24	95	155
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	36	31	-	-	67
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>55</b>	<b>24</b>	<b>95</b>	<b>222</b>



## 17 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	7ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 11,76 % a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	10,11% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
<b>Saldos em 30/06//2014 (*)</b>	<b>60.144</b>
Circulante	60.144
<b>Saldos em 31/12/2013 (*)</b>	<b>60.051</b>
Circulante	60.051

(\*) Deduzido de R\$98 (R\$195 em 31 dezembro de 2013), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2014 as exigências contratuais foram cumpridas.

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
<b>Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012</b>	<b>60.051</b>	<b>46.734</b>
Recolocação de Debêntures	-	13.101
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	3.385	4.984
Pagamento de juros	(3.292)	(4.768)
<b>Saldos em 30/06/2014 e 31/12/2013</b>	<b>60.144</b>	<b>60.051</b>
Circulante	60.144	60.051

## 18 Tributos e Contribuições Sociais

	30/06/2014	31/12/2013
ICMS	17.450	17.824
Encargos Sociais	893	842
IRPJ	6.455	6.264
CSSL	3.119	2.808
PIS/COFINS	4.435	4.104
IRRF	63	144
Outros	548	668
<b>Total</b>	<b>32.963</b>	<b>32.654</b>
Circulante	24.515	25.295
Não circulante	8.448	7.359

## 19 Parcelamento de impostos

A Energisa MG possui parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$703 (R\$1.289 em 31 de dezembro de 2013) e juros Selic de R\$ 84 (R\$105 em 30 de junho 2013).

Em 30 de junho de 2014, o saldo do parcelamento é de R\$ 1.292 (R\$1.996 em 31 de dezembro de 2013) e o número de parcelas a serem quitadas são 9.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	30/06/2014	31/12/2013
2014	799	1.497
2015	493	499
<b>Total</b>	<b>1.292</b>	<b>1.996</b>
Circulante	1.292	1.497
Não circulante	-	499

## 20 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/06/2014
Trabalhistas	2.642	606	(454)	108	2.902
Cíveis	2.946	219	(149)	122	3.138
Fiscais	152	-	-	6	158
<b>Total</b>	<b>5.740</b>	<b>825</b>	<b>(603)</b>	<b>236</b>	<b>6.198</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.155)				(1.305)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.353 (R\$1.634 em 31 de dezembro de 2013) dos quais R\$48 (R\$479 em 31 de dezembro de 2013), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período findo em 30 de junho de 2014, foram pagos o montante de R\$830 (R\$1.241 em 31 de dezembro de 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$530 (R\$592 em 31 de dezembro de 2013) e de indenizações cíveis R\$300 (R\$649 em 31 de dezembro de 2013).

### Perdas prováveis

- Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

- **Fiscais**

Refere-se basicamente Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8, que anulará a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

#### **Perdas possíveis**

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$106.476 (R\$102.525 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$3.364 (R\$2.503 em 2013), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no período.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$59.422 (R\$57.092 em 2013), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$43.690 (R\$42.930 em 2013), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual garantimos a execução e interpusemos embargos a execução na busca de afastar esta cobrança indevida, ocorrendo somente atualização monetária no período.

## **21 Patrimônio líquido**

---

### **Capital social e reservas de capital**

O capital social da Companhia é de R\$44.171 (R\$44.171 em 31 de dezembro de 2013), atribuídos a 450.712 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

## 22 Receita operacional

	30/06/2014				30/06/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	310.712	242.037	57.750	122.851	301.738	222.367	53.318	114.553
Industrial	3.702	83.732	16.318	32.977	3.729	85.985	16.658	33.948
Comercial	34.632	120.502	35.825	69.089	33.970	109.392	27.877	58.910
Rural	66.246	80.808	24.113	42.283	65.037	73.668	16.277	30.996
Poder Público:								
Federal	64	252	55	112	63	241	53	110
Estadual	559	5.339	1.169	2.392	549	5.098	1.137	2.346
Municipal	3.466	11.247	2.456	5.030	3.404	10.739	2.390	4.934
Iluminação Pública	254	37.501	5.183	10.303	254	36.100	4.658	9.713
Serviço Público	569	19.335	4.175	8.035	547	18.573	3.361	7.022
Consumo Próprio	113	1.881	-	-	90	1.735	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>420.317</b>	<b>602.634</b>	<b>147.044</b>	<b>293.072</b>	<b>409.381</b>	<b>563.898</b>	<b>125.729</b>	<b>262.532</b>
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	4.166	8.243	-	-	3.394	6.403
Suprimento	-	-	27	27	-	-	(28)	(569)
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(2.733)	(467)	(1.189)	-	(1.743)	(2.735)	(3.647)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	32	-	6.821	14.156	30	-	7.398	15.737
Receita de Construção	-	-	10.723	18.143	-	-	26.113	36.053
Outras receitas operacionais	-	-	1.161	2.223	-	-	1.316	2.604
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>420.349</b>	<b>599.901</b>	<b>169.475</b>	<b>334.675</b>	<b>409.411</b>	<b>562.155</b>	<b>161.187</b>	<b>319.113</b>
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	28.042	59.400	-	-	24.966	53.216
PIS	-	-	2.619	5.221	-	-	2.229	4.678
COFINS	-	-	12.064	24.048	-	-	10.267	21.547
ISS	-	-	13	24	-	-	21	42
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-	-	(1.160)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	563	1.104	-	-	470	971
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.829	3.134	-	-	1.043	2.085
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	-	-	834
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	564	1.105	-	-	265	1.066
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	443	1.387	-	-	431	978
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.137</b>	<b>95.423</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.692</b>	<b>84.257</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>420.349</b>	<b>599.901</b>	<b>123.338</b>	<b>239.252</b>	<b>409.411</b>	<b>562.155</b>	<b>121.495</b>	<b>234.856</b>

## 23 Custo Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2014	30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
Energia de Itaipú - Binacional	144.358	141.623	9.164	18.545	8.052	17.178
Energia de leilão	46.364	19.421	6.393	10.536	1.491	5.369
Energia bilateral	325.254	312.994	32.014	67.024	29.570	62.469
Cotas de Angra REN 530/12	24.204	24.335	1.815	3.630	1.663	3.328
Energia de curto prazo - CCEE	45.938	41.914	10.983	30.416	6.543	13.602
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	84.212	83.593	1.396	2.842	3.033	2.752
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	13.364	13.298	2.151	4.303	2.083	4.166
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(8.336)	(24.705)	(281)	(4.338)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(4.697)	(9.488)	(4.052)	(7.938)
<b>Total</b>			<b>50.883</b>	<b>103.103</b>	<b>48.102</b>	<b>96.588</b>

(\*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(\*\*) Não revisado pelos auditores independentes.

Para os meses de janeiro a junho a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho 515 de 07 de março de 2014	2.529
Fevereiro	Despacho 1.256 de 22 de abril de 2014	6.686
Março	Despacho 1.443 de 09 de maio de 2014	7.153
Abril	Despacho 1.696 de 02 de junho de 2014	3.852
Maio	Ofício 90/2014 de 08 de julho de 2014	3.426
Junho	Despacho 3.017 de 05 de agosto de 2014	1.057

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a abril já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 30/06/2014 e 31/12/2013
Riscos Nomeados	23/10/2014	35.320	269
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	116
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	até R\$360/veículo	96
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	48.209	214
			<b>695</b>

### Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

## 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	8.578	8.578	11.415	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	12.327	12.327	31.267	31.267
Consumidores e concessionárias	72.113	72.113	74.412	74.412
Títulos de créditos a receber	2.533	2.533	2.625	2.625
Conta a receber da concessão	302.852	302.852	285.875	285.875
Instrumentos financeiros derivativos	23.944	23.944	31.295	31.295

PASSIVO				
Fornecedores	32.792	32.792	39.584	39.584
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	332.953	334.302	345.598	346.943

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2014, estão identificadas a seguir:

#### Não derivativos - classificação e mensuração

##### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

##### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures (EMG). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

##### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/06/2014	31/12/2013
Dívida (a)	332.953	345.598
Caixa e equivalentes de caixa	(8.578)	(11.415)
<b>Dívida líquida</b>	<b>324.375</b>	<b>334.183</b>
Patrimônio líquido (b)	91.310	63.895
Índice de endividamento líquido	3,55	5,23

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o



máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	32.048	-	-	-	744	32.792
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	15,19%	203.408	17.236	115.843	24.511	19.278	380.276
<b>Total</b>		<b>235.456</b>	<b>17.236</b>	<b>115.843</b>	<b>24.511</b>	<b>20.022</b>	<b>413.068</b>

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	8.578	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	12.327	31.267
Consumidores e concessionárias	72.113	74.412
Títulos de créditos a receber e outros	2.533	2.625
Conta a receber da concessão	302.852	285.875
Instrumentos financeiros derivativos	23.944	31.295

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 26.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas

garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2014, com queda de 5,98% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,2025/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2014 era de 8,98%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia de R\$333.273 (R\$346.064 em 31 de dezembro de 2013), R\$166.120 (R\$176.771 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares, provenientes de (i) empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período era US\$16,5 milhões (US\$16,4 de principal), (ii) US\$28,6 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,5 de principal) e (iii) US\$30,3 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal).

Os empréstimos têm custos de até US\$ + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo, em 30 de setembro de 2014, 27 de outubro de 2014 e 21 de setembro de 2015, respectivamente.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 apresenta R\$18.903 no ativo circulante e R\$5.041 (R\$31.295 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Citibank	16.450		30/09/2014	2,9633(Set -14)
P. Ativa		Libor + 2,25%		
P. Passiva		91,5% CDI		
Loan 4131 BAML	28.515		27/10/2014	2,9828(Out-14)
P. Ativa		Libor + 2,00%		
P. Passiva		91,0% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA			21/09/2015	2,85(Set-15)
P. Ativa	30.000	VC + 3,93%		
P. Passiva		101,5% CDI		

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu com a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco. Neste sentido, em 13 de setembro de 2013, a administração da Companhia elevou os limitadores com vencimento no ano de 2014 dos swaps associados aos empréstimos em dólar, de forma a minimizar o risco de perdas por alta do US\$, caso o mercado se torne turbulento por circunstância das eleições presidenciais e outros eventos no mercado local e externo. Os novos limitadores dos swaps podem ser vistos no quadro abaixo:

Vencimento	Notional (em mil)	Strike Anterior	Strike Atual (pós ajuste)
30/09/2014	16.450	2.9170	2.9633
27/10/2014	28.515	2.9170	2.9828

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	31/03/2014	31/12/2013		30/06/2014	31/12/2013
	Notional (BRL)		Posição Ativa	220.359	231.581
			Taxa de Juros LIBOR/USD		
			Posição Passiva	(194.932)	(194.471)
Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch	190.734	190.734	Taxa de Juros CDI		
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.483)	(5.815)
			Posição Total Swap Com Opções	23.944	31.295

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	166.120		(2.163)	(45.012)	(87.863)
Posição Ativa	220.359	Alta do US\$	171.399	214.249	257.099
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(194.932)		(143.810)	(143.810)	(143.810)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.483)		-	(5.932)	(44.183)
<b>Subtotal</b>	<b>23.944</b>		<b>27.589</b>	<b>64.507</b>	<b>69.106</b>
<b>Líquido</b>			<b>25.426</b>	<b>19.495</b>	<b>(18.757)</b>

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2014, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$25.426, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$19.495 e negativo de R\$18.757, respectivamente.

### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	15.518	Alta CDI	448	555	660
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(113.844)	Alta CDI	(3.009)	(3.726)	(4.431)
	(21.538)	Alta TJLP	(264)	(329)	(393)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(135.382)</b>		<b>(3.273)</b>	<b>(4.055)</b>	<b>(4.824)</b>
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(119.864)</b>		<b>(2.825)</b>	<b>(3.500)</b>	<b>(4.164)</b>

(\*) Considera o CDI de 30 de junho de 2014 (11% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2014 e a TJLP 5% a.a..

(\*\*) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$166.120.

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	30/06/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	12.327	31.267
Instrumentos financeiros derivativos	2	23.944	31.295
Contas a receber da concessão	3	302.852	285.875

## 26 Benefícios a empregados

- **Plano de suplementação de aposentadoria e pensões**

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 30 de junho de 2014, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$228 (R\$190 em 30 de junho de 2013).

- **Prêmio aposentadoria**

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 30 de junho de 2014, a despesa com o prêmio de aposentadoria foi de R\$164 (R\$186 em 30 de junho de 2013).

- **Plano de saúde**

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período de 30 de junho de 2014 as despesas com esse benefício foram de R\$356 (R\$282 em 30 de junho de 2013).

## 27 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - R\$ MIL						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	87.024	175.093	169.548	173.791	179.163	2.926.053

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

## 28 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

## 29 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão	12.191	56.221
Atualização contas a receber da concessão - VNR	5.396	12.685
Fornecedores	2.102	2.997
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	1.344	8.425
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.963	4.343

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

---

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.  
Cataguases - MG

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Ênfase

*Lei 12.783/13, Decretos 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14*

Conforme mencionado na nota 24, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a junho de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

*Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4